



Congresso precisa acelerar a Agenda Brasil, afirma Renan

Presidente do Senado cobra da Casa recomposição da comissão que analisa projetos econômicos prioritários e pede à Câmara votação das propostas

O andamento dos trabalhos na Comissão de Desenvolvimento Nacional tem sido prejudicado porque apenas 2 dos 17 titulares não participam da Comissão Especial do Impeachment. Por isso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reforçou ontem a necessidade de líderes partidários indicarem novos integrantes. Da Câmara, Renan cobrou votação dos 25 projetos já aprovados pelo Senado.

A Comissão de Desenvolvimento Nacional analisa a Agenda Brasil, conjunto de medidas legislativas propostas pela Presidência do Senado para recuperação econômica do país. **3**



Morero/Muriz/Agência Senado

Em Plenário, Renan diz aos senadores que é o momento de "construir novamente uma pauta de interesse do Brasil, com a participação de todas as bancadas"

Pedido de senador adia Supersimples para terça-feira **3**

Governo informará o Senado sobre epidemias **2**

Normas para rochas ornamentais são facilitadas **7**

Demissões de sindicalistas serão tema de debate **8**

Palestrante alerta para alterações no Código Eleitoral **6**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Antonio Anastasia e Raimundo Lira conversam na reunião de ontem da comissão

Processo de impeachment de Dilma tem novo cronograma

Por causa do grande número de testemunhas, a Comissão do Impeachment aprovou ontem a alteração do calendário de trabalho. A votação em Plenário do parecer da comissão está prevista para 9 de agosto e o julgamento final do processo só deverá ocorrer na segunda quinzena do mesmo mês. Depoimento

de Dilma Rousseff à comissão está marcado para 6 de julho.

Ontem foram ouvidos o analista da Secretaria de Orçamento Federal Robson Rung, o secretário do Ministério da Defesa Luiz Antonio Cordeiro e o supervisor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho Luciano de Almeida. Três testemunhas devem falar hoje. **5**

Mulher vítima de violência será beneficiada **3**

Definidos nomes para Comenda Dom Hélder Câmara **2**

Medicamento importado pode ficar sem imposto

Projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais ontem zera a alíquota de remédios importados que não têm equivalentes pro-

duzidos no Brasil. O texto original previa a redução do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação de 2,76% para 2,1% e de 13,03% para

9,9%. Mas o relatório aprovado propõe alíquota zero e a inclusão de medicamentos para três programas da Anvisa no alcance da medida. **4**



Após aprovação na reunião da CAS, projeto seguiu para análise final da Comissão de Assuntos Econômicos

Gerardo Moga/Agência Senado

Advocacia avaliará pedido contra Janot

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem que a Advocacia da Casa analisará e fará um parecer sobre pedidos de impeachment do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. "Não há prazo. Vamos ter total responsabilidade com isso", disse Renan. **5**

Mário Povia vai dirigir agência reguladora

O engenheiro Mário Povia, funcionário de carreira da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reassumirá a direção da Antaq. O nome foi aprovado ontem em Plenário, após sabatina na Comissão de Infraestrutura, que rejeitou indicação anterior do governo Dilma. **7**

Indicado ao CNJ é confirmado pelo Plenário

O ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha vai integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2016-2018. Ele foi sabatinado e aprovado por unanimidade na CCJ ontem pela manhã. À tarde, a indicação passou com ampla maioria em Plenário. **8**

Senado pedirá informações sobre epidemias a ministros

A Comissão Diretora do Senado se reuniu ontem e aprovou 27 requerimentos destinados a ministérios, entre eles, solicitações de dados sobre o combate ao mosquito *Aedes aegypti* e aos vírus que ele transmite

O SENADO APROVOU ontem 27 requerimentos de pedido de informações a ministros por meio da Comissão Diretora. Ao Ministério das Cidades, serão solicitados dados sobre medidas de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e, ao Ministério da Saúde, a respeito das epidemias de dengue, da infecção por zika e da incidência de microcefalia no país.

A Comissão Diretora aprovou ainda o projeto de resolução que institui o Prêmio Jovem Empreendedor, a ser conferido anualmente pela Casa (PRS 14/2014), por iniciativa de José Agripino (DEM-RN).

Outro item aprovado foi a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Indonésia por meio do PRS 21/2014, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A intenção é incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. A adesão de parlamentares ao grupo será livre.

Aeronáutica

A Comissão Diretora do Senado também aprovou o anteprojeto da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, entregue na terça-feira ao presidente da Casa, senador Renan Calheiros, pela comissão de especialistas que trabalhou entre junho de 2015 e abril deste ano para atualizar a legislação, de 1986.

Senadores elogiam STF por processos contra Bolsonaro

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de abrir processos contra o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) por delitos de incitação ao crime de estupro e injúria foi elogiada pelos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) em Plenário. O STF anunciou a decisão na terça-feira.

Os crimes teriam sido praticados em dezembro de 2014, quando, em discurso no Plenário da Câmara, Bolsonaro afirmou que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) “não merece ser estuprada”. Além disso, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, o deputado teria dito que Maria do Rosário é muito feia e não faz seu tipo e que, por isso, jamais a estupraria.

Vanessa lembrou que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, do qual faz parte como representante do Senado, discutiu muito o assunto, inclusive quanto à questão da



Senado quer dados sobre ações contra a dengue, como fumacê em Bertioga (SP)

Prêmio Jovem Empreendedor destacará estudantes, trabalhadores e entidades

A instituição do Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor foi anunciada ontem por Renan Calheiros. A premiação foi criada no ano passado.

Pelo projeto, o prêmio deve ser entregue anualmente pelo Senado a estudantes e jovens empreendedores e também a uma entidade que tenha se destacado no âmbito da iniciativa privada

por trabalho relacionado ao empreendedorismo.

Para escolha dos agraciados deve ser constituído o Conselho do Prêmio Jovem Empreendedor, com representantes de cada partido político com assento no Senado e três representantes do setor produtivo ligado ao tema.

A cerimônia de entrega está prevista para outubro.

O assunto passa a tramitar como projeto de lei no Senado e será analisado por uma nova comissão especial, agora formada por parlamentares.

Outra proposição aprovada pela Comissão Diretora

é a alteração nos contratos de terceirização do Senado, para que 2% das vagas sejam preenchidas com pessoas em situação de vulnerabilidade, como mulheres em situação de violência doméstica.

Comenda Dom Hélder Câmara escolhe homenageados deste ano

Foram escolhidos ontem os homenageados com a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Criada pelo Senado em 2010, a premiação está em sua sétima edição e é entregue anualmente a personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos humanos.

São cinco agraciados: Cristina Lopes Afonso, Eunice Paiva, Omar Ferri, o padre Airton Freire de Lima e Luciana Lealdina de Araújo (in memoriam).

Fisioterapeuta e vereadora de Goiânia, Cristina foi vítima de violência doméstica, quando o ex-marido ateou fogo em seu corpo. Fundou a Sociedade Brasileira de Queimaduras e trabalha em prol de vítimas de queimaduras.

Formada em direito, Eunice Paiva atua em causas sociais. É responsável por intervenções na ONU sobre conflito de terras indígenas no Brasil.

O advogado Omar Ferri teve a carreira marcada pela luta contra a ditadura e em favor dos direitos humanos. Integrou a Comissão de Direitos Humanos da OAB-RS.

Padre Airton é presidente da Fundação Terra, que ajuda 2 mil moradores de comunidades com cursos profissionalizantes e auxílios em saúde, educação e moradia.

Luciana, conhecida como Mãe Preta, dedicou-se às crianças negras e, em 1901, fundou o Asilo de Órfãos São Benedito (hoje Instituto São Benedito) em Pelotas (RS).

A entrega da comenda ainda não tem data marcada.

Regina condena ofensas de delator a ministros do Supremo

Regina Sousa (PT-PI) manifestou espanto com o vazamento de conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado com membros do PMDB, em que ele ofende cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para ela, é grave o fato de o STF não ter se manifestado sobre o assunto. A senadora também disse que as conversas mostram que a presidente Dilma Rousseff não interferia no Supremo.

— Isso é dito pelo delator em tom de cobrança, ele cobra da presidenta que interfira para estancar a sangria — afirmou.

Ferraço considera acordo entre União e estados injusto

O acordo da renegociação da dívida dos estados com a União é injusto com o Espírito Santo, segundo Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

O senador disse que a medida beneficia os estados que gastaram mais, que “não fizeram o dever de casa”, enquanto os que pouparam acabam sendo prejudicados.

O Espírito Santo deve R\$ 2,4 bilhões, e São Paulo, quase 100 vezes mais: R\$ 221 bilhões.

— A disciplina e a responsabilidade do estado deveriam ser levadas em conta — disse.



Moreira Matiz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 20h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CRA** **Ministro da Agricultura**
8h Audiência pública interativa com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para apresentação das prioridades da pasta.
- CDH** **Saúde no Distrito Federal**
9h Audiência pública interativa para debater os desafios da saúde primária no Distrito Federal e no Brasil.
- CRE** **Embaixadores**
10h A comissão faz sabatina de indicados para embaixadores do Brasil no Congo, Cabo Verde e Chipre. Logo depois, o colega lê indicação de Antonio José Vallim Guerreiro para a embaixada na Bélgica.

- IMPEACHMENT** **Testemunhas**
11h A comissão ouve Anderson da Rocha, subsecretário do Ministério da Ciência e Tecnologia; Leandro Couto, da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento; e Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal.
- PRESIDÊNCIA** **Mandado de injunção**
11h Renan participa de cerimônia de sanção da lei que disciplina o mandato de injunção, no Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia.
- PLENÁRIO** **Pauta trancada**
14h MP que reduz IR retido na fonte para remessas ao exterior tranca a pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Renan pede apoio a Senado e Câmara para Agenda Brasil

Presidente quer que líderes indiquem senadores que vão compor comissão que analisa propostas para retomada da economia. Também cobrou colaboração dos deputados para votação dos projetos

AGENDA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, reforçou em Plenário ontem a necessidade de indicação, pelos líderes, dos nomes para completar os integrantes da Comissão de Desenvolvimento Nacional. As atividades do colegiado estão prejudicadas pelo fato de que somente 2 dos 17 integrantes não fazem parte também da Comissão Especial do Impeachment.

Renan convocou os senadores que serão indicados a ajudar nos trabalhos da Agenda Brasil (conjunto de medidas propostas pela Presidência do Senado para alavancar o crescimento do país) e cobrou também a colaboração da Câmara dos Deputados, ao lamentar a dificuldade de tramitação naquela Casa das propostas votadas com prioridade no Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Renan, é hora de priorizar uma pauta consensual de interesse do Brasil

— É chegado o momento de nós construirmos novamente uma pauta consensual, de interesse do Brasil, com a participação de todas as bancadas de modo a priorizar essa pauta — ressaltou.

Nesse sentido, o presidente da Comissão de Desenvolvi-

mento Nacional, Otto Alencar (PSD-BA), esclareceu que o colegiado já aprovou 25 projetos que passaram no Plenário do Senado e aguardam apreciação dos deputados.

Recesso

Renan lembrou ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser votada até 13 de julho, antes do recesso parlamentar. Caso contrário, ele informou que deverá ocorrer como no ano passado, quando a sessão com ordem do dia será convocada apenas a partir de 2 de agosto.

Pela Constituição, o recesso legislativo do meio do ano, que vai de 18 a 31 de julho, só começa depois da aprovação da LDO.

— O Senado está com sua pauta em dia. Da Comissão do Pacto Federativo nós já apreciamos praticamente todas as matérias e da Comissão de Desenvolvimento também temos algumas poucas matérias que vamos apreciar até o fim deste semestre — disse Renan.

Alterações em blocos partidários renovam nomes que compõem o Conselho de Ética

A composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado foi refeita ontem. Os senadores aprovaram em Plenário a renúncia da senadora Regina Souza (PT-PI), que passou de titular a suplente do colegiado. Sua vaga, indicada pelo Bloco Resistência Democrática, será ocupada pelo senador Telmário Mota (PDT-RR), que trocou o Bloco Moderador pelo Resistência Democrática.

A vaga aberta com a mudança de bloco de Telmário passou a ser ocupada pelo senador Zeze Perrella (PTB-

MG), integrante do Bloco Moderador. Outra vaga que também estava aberta na cota do bloco — do senador Douglas Cintra (PTB-PE), que deixou a Casa com o retorno do titular do mandato, Armando Monteiro (PTB-PE) — foi ocupada pelo senador Pedro Chaves (PSC-MS).

O Conselho de Ética é composto por 15 senadores titulares e outros 15 suplentes. Atualmente é presidido pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) e tem como vice o senador Paulo Rocha (PT-PA).

Mulheres vítimas de violência terão assistência

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a criação do Programa de Assistência a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade, aprovada pela Comissão Diretora ontem. O programa permite que os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados da Casa reservem o percentual mínimo de 2% das vagas para mulheres em situação de dificuldade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar. O contrato deve envolver 50 ou mais trabalhadoras, uma vez atendida a qualificação profissional necessária.

— É de notório conhecimento que o principal fator

que leva as mulheres vítimas dessa violência a retomar os vínculos com o agressor é a dependência econômica. Por isso, iniciativas que facilitem o acesso dessas mulheres ao mercado formal de trabalho são fundamentais para romper esse nocivo ciclo que, não raras vezes, acaba em bárbaros crimes nos quais vidas de mulheres são ceifadas — disse.

A Diretoria-Geral vai enumerar as situações de vulnerabilidade que serão especificadas nos editais de licitação. A identidade das trabalhadoras deverá ser mantida em sigilo pela empresa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das funções.

A Procuradora Especial da Mulher no Senado, Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), comemorou a iniciativa e se comprometeu a disseminar a ideia também na Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados.

— É uma medida fundamental porque coloca o Senado numa ação direta e importante. Esta Casa contrata empresas terceirizadas, sobretudo para serviços gerais. São mulheres que vivem em situação de iminência de violência e recebem assistência da Casa da Mulher, que indicará essas pessoas. Dessa forma, o Senado dá um bom exemplo — afirmou Vanessa.

Votação final de atualização do Supersimples fica para terça-feira

A conclusão da votação do projeto que atualiza as regras para o enquadramento das empresas no Supersimples ficou para terça-feira. O texto-base foi aprovado nesta semana, mas precisa ser submetido a turno extra de votação, por se tratar de um substitutivo. Caso ocorra a aprovação, a proposta (PLC 125/2015 — Complementar) voltará para a análise da Câmara dos Deputados, pois foi alterada no Senado.

A intenção era votar o texto final, com os destaques, na sessão de ontem. Ronaldo Caiado (DEM-GO), porém, pediu mais tempo para avaliar os últimos ajustes e emendas apresentadas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, acatou a sugestão e contou com o apoio das lideranças em Plenário.

— Foi positivo esse procedimento acordado. Teremos um tempo maior para melhor reflexão sobre as emendas apresentadas — disse Renan.

Crescimento

Supersimples é como é conhecida a legislação com regras tributárias simplificadas para as empresas de pequeno porte. A maioria das manifestações dos senadores foi no sentido de destacar a importância do projeto para as pequenas empresas e para o crescimento econômico do país. Renan afirmou que a atualização do Supersimples pode ajudar o Brasil na geração de empregos:

— É um projeto muito importante para incentivar a retomada do crescimento da economia do país.

Para Ana Amélia, medida incentiva empresas a entrar no mercado formal

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ontem que o Senado deu uma contribuição relevante para a formalização das microcervejarias, pequenos alambiques e vinícolas ao garantir que pequenas empresas possam optar pelo Simples Nacional.

A senadora explicou que, pelo alto custo da burocracia e dos impostos, muitos pequenos empreendedores preferem ficar na informalidade. Com os benefícios do Simples Nacional, microcervejarias e pequenos alambiques e vinícolas poderão se formalizar.

— O que temos que fazer é desonerar, sempre que possível, sem comprometer as finanças estaduais e municipais.

A relatora do projeto, Marta Suplicy (PMDB-SP), explicou que o objetivo das alterações é fazer mais empresas aderirem ao Simples e, consequentemente, gerar mais empregos. A senadora é autora do substitutivo ao texto original, do ex-deputado Barbosa Neto. Segundo Marta, o texto levado ao Plenário contempla a maior parte dos interessados. Ela destacou que houve sugestões de governadores, da Receita Federal e entidades.

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), manifestou preocupação com a inclusão de muitas categorias no Supersimples, com receio de “um rombo fiscal muito grande”. Com Armando Monteiro (PTB-PE), ele apresentou emenda para definir o critério de capacidade de geração de emprego (a relação entre folha de pagamento e receita bruta entre 23% e 28%) para o enquadramento das empresas nas faixas que permitem impostos mais baixos. Marta acatou a emenda, considerando-a um avanço.

— As categorias passam para um anexo melhor à medida que geram mais empregos. Por exemplo, se um fisioterapeuta ampliar a clínica e gerar mais empregos, passa para uma classificação melhor. O critério é o emprego — explicou a relatora.

José Aníbal (PSDB-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram a emenda. José Aníbal disse que o critério de geração de emprego é “estimulante” para o momento de crise pelo qual passa o Brasil. Esse destaque também será votado na terça-feira.

Paim diz que ampliação do regime vai evitar fechamento de negócios

Paulo Paim (PT-RS) disse que o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao projeto que atualiza os limites de enquadramento no Simples Nacional vai ser fundamental para evitar o fechamento de inúmeras empresas, principalmente micros e pequenas, para gerar novos empregos e, consequentemente, melhorar a renda dos trabalhadores.

O senador também defendeu projeto de sua autoria que enquadra como beneficiária do Simples Nacional a atividade de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços. Registrou os debates promovidos pela Frente Ampla Brasil, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul por enquanto, sobre possíveis mudanças no sistema previdenciário do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Remédio importado pode ter isenção de imposto

CAS aprovou ontem alíquota zero para importação de medicamentos que não tenham equivalentes produzidos em território nacional. Projeto vai para decisão final da CAE

ALÍQUOTAS DE IMPOSTOS de importação incidentes sobre medicamentos que não tenham equivalentes produzidos em território nacional poderão ser zeradas. É o que determina projeto de Lei do Senado (PLS 425/2015) aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. A proposta segue para análise final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ou seja, se não houver recurso para votação em Plenário, seguirá direto para a Câmara.

O texto original, do senador Otto Alencar (PSD-BA), prevê a redução das alíquotas do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação de produtos farmacêuticos sem similar no mercado brasileiro, praticadas no âmbito da Lei 10.865/2004, de 2,76% para 2,1% e de 13,03% para 9,9%. Ele lembrou que as alíquotas dos tributos sobre produtos essenciais importados, incluindo remédios, foram elevadas pela MP 668/2015 para reequilibrar as contas públicas. Atualmente, vigora decreto que reduz a zero essas taxas, mas, como ressaltou Otto, a medida é precária, pois pode ser revogada pelo Executivo.

O senador Dário Berger (PMDB-SC) leu o relatório de Acir Gurgacz (PDT-RO). O relator considerou que a diminuição dos impostos deveria ser mais drástica e propôs que as taxas para remédios importados sejam zeradas definitivamente para beneficiar especialmente os portadores de doenças raras,



Relatório lido por Dário Berger (E), que incluiu três programas da Anvisa na redução do imposto, foi aprovado na reunião presidida por Edison Lobão (2ª à dir.)

os mais atingidos pela falta de similares no mercado.

— A redução das alíquotas prevista [no projeto original] é muito discreta. É preciso lembrar que a inexistência de medicamentos similares no mercado nacional afeta, com frequência, portadores de doenças raras, comumente definidas como aquelas que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil — argumentou.

Programas

Além de o texto aprovado zerar as taxas, foi também acatada emenda apresentada por Dário para que a medida também se aplique aos medicamentos importados para atender três programas de acesso a fármacos inovadores regulamentados pela Anvisa:

Uso Compassivo, Acesso Expandido e Fornecimento de Medicamento Pós-Estudo.

O Programa de Uso Compassivo é uma autorização, que deve ser solicitada à Anvisa, para que a indústria execute determinado programa assistencial no Brasil, fornecendo medicamentos novos, promissores e ainda sem registro na agência reguladora. O programa também permite à empresa autorizada importar medicamentos não registrados no país, que tratam doenças raras e graves.

O Acesso Expandido requer autorização da Anvisa para incluir pacientes portadores de doenças debilitantes graves, que ameacem a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória, que inicialmente não

tiveram acesso no ensaio clínico autorizado pelo Programa de Uso Compassivo. Esse é um programa de oferta de medicamento novo, promissor, ainda sem registro na Anvisa ou não disponível comercialmente no país, que esteja em estudo clínico em desenvolvimento ou concluído.

O Programa de Fornecimento de Medicamento Pós-Estudo permite que, depois do encerramento do Programa de Uso Compassivo, a indústria forneça medicamentos gratuitamente aos voluntários que participaram da pesquisa e que se beneficiaram do fármaco durante o desenvolvimento clínico.

A medida se aplica nos casos de encerramento do estudo ou quando finalizada

a participação do voluntário no programa.

Adiamento

A votação de duas propostas foi adiada por pedidos de vista na reunião. O PLS 181/2016, que destina 20% dos rendimentos do Fundo Social do Pré-Sal para a área de ciência, tecnologia e inovação. O PLS 250/2014 estabelece novas regras para composição e eleição para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis e fixa valores máximos para a anuidade devida aos conselhos.

O presidente da CAS, Edison Lobão (PMDB-MA), registrou a abertura do prazo para a comissão apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Fátima critica veto a ajuda a produtores do NE

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou a decisão do presidente interino Michel Temer de vetar artigos da MP 707/2015 que, segundo ela, são fundamentais para a solução definitiva do endividamento rural dos agricultores do Nordeste.

Ela destacou que Temer vetou a concessão de mais prazo e desconto para os agricultores quitarem débitos referentes ao crédito rural e manteve apenas os artigos que tratam do refinanciamento de dívidas de caminhoneiros e prorrogam prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

— Os produtores rurais nordestinos se sentem lesados, traídos, descontentes e decepcionados com a MP.



Bezerra diz que MP beneficia agricultor do semiárido

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) rebateu críticas à MP 733/2016, editada pelo presidente interino Michel Temer, alegando que ela de fato beneficia os pequenos, médios e grandes produtores rurais do semiárido nordestino.

Segundo ele, a MP garante aos pequenos agricultores abatimento de 95% da dívida rural. Assim, quem deve R\$ 15 mil poderia quitar o débito pagando R\$ 750. Mesmo que não tivesse o dinheiro para liquidar a dívida, disse, o produtor seria beneficiado, pois poderia renegociar 20% do total com três anos de carência.

— Nunca tivemos a possibilidade de rebates tão generosos para liquidação da dívida.



Ângela: iniciativa do Senado protege vítima de violência

Ângela Portela (PT-RR) destacou a aprovação, pela Comissão Diretora do Senado, de programa que institui assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em virtude de violência doméstica.

Assim, disse, 2% das vagas dos contratos que envolvam a seleção de, no mínimo, 50 terceirizados ou prestadores de serviços continuados, no Senado, serão reservadas às mulheres que estiverem nessa situação, respeitada a qualificação profissional.

Ela ainda ressaltou a aprovação, pela Comissão do Desenvolvimento Nacional, de projeto que amplia poder do Ministério Público e da polícia na investigação de crimes pela web.



Garibaldi elogia negociação entre estados e União

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comemorou a renegociação das dívidas dos estados com a União. Em sua opinião, o presidente interino Michel Temer conseguiu celebrar um entendimento improvável, pois a pressão do endividamento obrigou vários governadores a atrasar salários dos servidores.

O senador afirmou que o acordo representa a demanda por um pacto federativo com bases mais justas, além de uma repartição equilibrada de receitas entre União, estados e municípios:

— Não podemos viver uma rotina de crises financeiras e de renegociação de dívidas estaduais a cada par de anos. É preciso construir uma agenda positiva em prol de relação mais equilibrada entre o poder central e os entes federados.

Gurgacz comemora verba extra para infraestrutura

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou a importância de o governo incentivar obras de infraestrutura e comemorou a abertura de crédito suplementar para o Ministério dos Transportes. O valor liberado totaliza R\$ 394 milhões.

O senador explicou que o dinheiro contemplará obras reivindicadas por Rondônia há muito tempo, entre elas, travessias urbanas, entroncamentos e recuperação de BRs.

— A publicação da dotação suplementar é um indicativo da intenção do governo de iniciar as obras ainda este ano. O que espero que, de fato, se concretize, pois são obras de grande importância para o país e para Rondônia.



Comissão aprova novo cronograma para o processo de impeachment

Prazos foram alterados por causa do grande número de testemunhas e agora o julgamento final só deve ocorrer na 2ª quinzena de agosto

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment aprovou ontem um novo cronograma de trabalho, tendo em vista o número de testemunhas ouvidas, acima do previsto. Até agora, já foram

ouvidas 31 testemunhas, sendo 6 de acusação e o restante, de defesa. A atual fase, de depoimentos, pode ser encerrada no dia 4 de agosto. Com a votação em Plenário do parecer da

comissão prevista para 9 de agosto, o julgamento final do processo só deve ocorrer na segunda quinzena do mesmo mês.

O depoimento da presidente

afastada Dilma Rousseff está marcado para o dia 6 de julho, às 11h. Ela não é obrigada a comparecer à comissão, podendo ser representada pelo seu advogado, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Hoje, às 11h, a comissão ouve o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência e Tecnologia, Anderson Lozi da Rocha, o diretor da Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Planejamento e Orçamento Leandro Freitas Couto e a ex-secretária de Orçamento Federal Esther Dweck.

Na sexta-feira, às 10h, falam o ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho Francisco José Pontes Ibiapina e o diretor de Programas Especiais da Secretaria de Orçamento Federal, Marcos Ferreira. Na segunda, às 15h, serão ouvidos o ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias, a ex-secretária-executiva do mesmo ministério Maria Fernanda Coelho e o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da pasta, João Luiz Guadagnin.

Perícia

No mesmo dia, pela manhã, deverá ser entregue na comissão o laudo da perícia dos documentos do processo de impeachment. Na terça-feira, será apresentado pedido de esclarecimento do laudo pelas partes, com prazo de 72 horas. No dia 1º de julho, haverá a entrega dos esclarecimentos para laudos dos assistentes, que deverão apresentar suas conclusões em 4 de julho. No dia 5 de julho, haverá audiência da junta de peritos e dos assistentes das partes.

A acusação e a defesa terão prazo de 15 dias para apresentação de suas alegações finais. A acusação adiantou que pretende usar apenas 5 dias desse total. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM),

Calendário	
27/JUN, SEGUNDA	10h Entrega do laudo da perícia (24 horas para pedido de esclarecimentos)
28/JUN, TERÇA	10h Pedido de esclarecimentos do laudo pelas partes (72 horas para esclarecimentos)
1º/JUL, SEXTA	10h Entrega dos esclarecimentos (48 horas para laudos dos assistentes)
4/JUL, SEGUNDA	10h Entrega dos laudos dos assistentes técnicos
5/JUL, TERÇA	11h Audiência da junta de peritos e dos assistentes (um de cada parte)
6/JUL, QUARTA	11h Depoimento da denunciada
7 a 12/JUL	▪ Alegações finais da acusação
13 a 27/JUL	▪ Alegações finais da defesa (15 dias)
28/JUL a 1º/AGO	▪ Elaboração do parecer
2/AGO, TERÇA	12h Leitura do parecer na comissão e vista coletiva
3/AGO, QUARTA	11h Discussão do parecer na comissão
4/AGO, QUINTA	11h Votação do parecer na comissão
5/AGO, SEXTA	▪ Leitura do parecer em Plenário
9/AGO, TERÇA	▪ Discussão e votação do parecer em Plenário (por maioria simples). Se aprovado, denunciante e defesa são intimados e autos são enviados ao STF para marcação do julgamento final



Robson Rung, Luiz Antonio Cordeiro e Luciano de Almeida explicaram como são processados decretos orçamentários

Créditos estão de acordo com lei, dizem testemunhas

As três testemunhas ouvidas ontem pela Comissão do Impeachment afirmaram que os decretos orçamentários de 2015 que constam da denúncia contra Dilma Rousseff não feriram a legislação.

O analista da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Robson Rung, afirmou que os créditos suplementares editados por Dilma estavam de acordo com um sistema informatizado que seguia as determinações do artigo 4º da Lei Orçamentária (LOA) de 2015 e da Portaria 16/2015 da própria SOF.

Rung disse que o mecanismo é elaborado de modo que nenhuma alteração orçamentária esteja em desacordo com a legislação. Porém, disse, o sistema não faz o controle do cumprimento da meta fiscal, que é questão de gestão.

— Quando um ente da administração pede um crédito, já há o enquadramento do tipo de crédito e se vai ser por decreto ou projeto de lei.

Segunda testemunha ouvida ontem, o secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, Luiz Antonio Cordeiro, declarou que o decreto de crédito

suplementar assinado em favor da pasta por Dilma, ano passado, tratou de recursos de arrecadação própria do órgão.

Foram autorizados, em 2015, créditos suplementares de R\$ 55,2 milhões para o Comando do Exército, R\$ 45 milhões para o Fundo do Exército e R\$ 20 milhões para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, originários de excesso de arrecadação própria e receitas de convênios. Cordeiro disse que a demanda orçamentária do ministério é superior à dotação da pasta, sendo normal o remanejamento de verbas de arrecadação própria, dentro dos limites fixados em lei.

— Estamos dentro da nossa LOA e trabalhamos estritamente dentro do nosso limite financeiro — frisou.

Ele destacou também que os recursos envolvidos no decreto não poderiam ser usados por outros órgãos ou destinados a pagar dívidas da União.

Luciano Carlos de Almeida, supervisor de análise orçamentária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, falou sobre um dos decretos destinados à Justiça trabalhista. Ele ressaltou, porém, que

sua função na solicitação de créditos é operacional e explicou que a elaboração desses pedidos parte dos tribunais regionais do Trabalho.

— O crédito precisa ser referendado pelo Pleno do Tribunal Superior e, em última instância, pelo chefe do Judiciário.

Ele também afirmou que o Executivo é responsável por elaborar as diretrizes que o Judiciário deve seguir para preparar os seus decretos, os tipos de créditos que podem ser solicitados e a ferramenta legal adequada. Essa atribuição é da SOF.

Para Lindbergh Farias (PT-RJ) e Fátima Bezerra (PT-RN), as explicações evidenciaram que não houve dolo de Dilma, já que ela assinou os decretos após o processo ter passado pelo crivo de dezenas de técnicos.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Lúcia Vânia (PSB-GO) criticaram o fato de testemunhas serem chamadas mesmo sem ter conhecimento do assunto. O advogado da defesa, José Eduardo Cardozo, defendeu que conhecimentos técnicos são importantes para entender as práticas em análise.

porém, anunciou que pretende apresentar recurso para que o prazo transcorra integralmente, mesmo que as partes se manifestem antes do último dia previsto no cronograma.

O relator do processo do impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG), terá de 28 de julho a 1º de agosto para elaborar seu parecer, a ser lido na comissão em 2 de agosto, seguido da concessão de vista coletiva. No dia seguinte, a comissão fará a discussão do parecer, a ser votado em 4 de agosto. No dia 5, será feita a leitura em Plenário do parecer, que deverá ser discutido e votado em 9 de agosto. Se for aprovado em Plenário, serão concedidas 48 horas para manifestações da acusação e da defesa. Após esse período, haverá um prazo de dez dias para a marcação da data do julgamento definitivo.

Pedido de impedimento de Janot será analisado na Advocacia do Senado, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem, em Plenário, que encaminhará à Advocacia do Senado, para elaboração de parecer, uma petição de representação com pedido de impeachment contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A petição, de autoria de Gustavo Haddad Francisco e Sampaio Braga, com fun-

damento na Constituição, decorre de “conduta com potencial de causar lesão ao interesse nacional por envolver informação de governos estrangeiros”.

Mais cedo, Renan esclareceu que enviou a petição para a Advocacia em função do aditamento de outros pedidos.

— Não há prazo. Estão chegando outros pedidos. O Senado é a solução para

a crise. Nós vamos ter total responsabilidade com isso e não vamos desbordar do nosso papel constitucional.

Renan voltou a afirmar que o presidente do Senado exerce função institucional.

— Eu não sou de fazer chantagens, absolutamente. Quem me conhece, quem convive comigo sabe disso. Eu apenas dei uma informação e mandei para a Advocacia em

função do aditamento.

Renan também falou sobre a análise da movimentação financeira de suas contas pelo Supremo Tribunal Federal.

— Eu sempre disse que nenhum homem público está imune a investigação. Eu mesmo estimo. Com relação a mim, todas as minhas contas foram auditadas. Não há um só centavo nas minhas contas que não tenha origem lícita.

O senador ressaltou a importância do projeto da nova lei para as estatais. A proposta, que vai à sanção do presidente interino Michel Temer, torna mais rígida a nomeação de dirigentes das estatais. O objetivo é evitar o aparelhamento dos conselhos das principais empresas públicas do país.

(Com informações da Presidência do Senado)

Secretário pede atenção à nova lei eleitoral

Sancionada no ano passado, ela mudou prazos para apresentação de candidaturas e criou a figura do pré-candidato, abrindo um novo campo para o marketing político

COM AS MUDANÇAS introduzidas no Código Eleitoral pela Lei 13.165/2015, partidos e candidatos devem estar atentos às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições municipais de 2016. O alerta foi feito pelo secretário judiciário do TSE, Fernando Maciel de Alencastro, em palestra realizada pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), na segunda-feira, dentro do Ciclo de Palestras no Poder Legislativo.

A série de eventos tem o objetivo de contribuir para a atualização profissional, especialmente de servidores públicos, sobre temas contemporâneos que estão inseridos na agenda legislativa do Parlamento brasileiro. A cada segunda-feira, um profissional de referência em sua área de atuação trata de um tema relevante para o trabalho do Congresso Nacional.

“Eleições Municipais 2016: regras e atuação da Justiça Eleitoral” foi o título da palestra de Alencastro. Atuando há mais de 20 anos no Tribunal Superior Eleitoral, ele explicou o papel da Justiça Eleitoral no Brasil, desde a criação do primeiro Código Eleitoral, em 1932, até os dias de hoje.

O secretário apresentou as principais mudanças nas regras das eleições municipais deste ano. Entre elas, destacou a alteração dos prazos de candidatura. As convenções deverão ser realizadas de 20 de julho a 5 de agosto para escolha de candidatos e coligações. O prazo para registro de candidatura será de 20 de julho a 15 de agosto e as propagandas eleitorais, a partir de 16 de agosto com encerramento previsto para 29 de setembro.

Alencastro ressaltou que, embora a



Para Alencastro, a nova legislação deixou lacunas no que diz respeito à impugnação de candidatura

nova legislação tenha introduzido mudanças significativas, deixou lacunas que deverão ser analisadas após as eleições de outubro. Uma delas diz respeito ao prazo de impugnação de candidatura.

— O sistema criado não atualizou os prazos processuais de impugnação em relação aos novos prazos do pleito, o que deverá provocar a não conclusão de impugnações antes da realização da escolha dos representantes.

Pré-candidato

A Lei 13.165/2015 também criou a figura do pré-candidato. Com o lançamento de pré-candidaturas, os pretendentes podem divulgar a imagem pessoal exaltando qualidades individuais, mencionar que intencionam se candidatar, manifestar posicionamento político, pedir apoio, dizer o que já realizaram ou pretendem

fazer. Segundo Alencastro, a iniciativa criou um novo campo de marketing político, que merece a atenção dos partidos políticos, pré-candidatos e juizes eleitorais.

Ele ressaltou que um dos papéis da Justiça Eleitoral é garantir que os próprios juizes eleitorais garantam, na esfera municipal, o pleno cumprimento das regras do pleito. O secretário observou que, assim como os vereadores, os juizes eleitorais dos municípios têm dificuldade de se atualizar constantemente, devido, sobretudo, à rotatividade dos tribunais eleitorais, que ocorre a cada dois anos. Para Alencastro, a promoção constante de ações educacionais é fundamental para que políticos, partidos, Justiça Eleitoral e cidadãos possam compreender o correto funcionamento das eleições e atuar de modo responsável, evitando

ônus pessoal e para a sociedade.

De acordo com o secretário, a Justiça Eleitoral possui três funções básicas: judicial, regulamentar e administrativa. Os tribunais regionais eleitorais e o TSE julgam candidaturas (função judicial), emitem resoluções que regulamentam os pleitos (função regulamentar) e, além de gerir processos administrativos comuns a outros órgãos públicos, organizam o maior evento brasileiro: as eleições.

Todas as eleições possuem fases, que são iniciadas pelo alistamento dos candidatos, até a diplomação. Segundo Alencastro, o processo eleitoral se assemelha aos Jogos Olímpicos. Quando os atletas são pegos em exame antidoping, eles são punidos com a perda do título e medalha. O mesmo ocorre com os candidatos políticos que não respeitam as regras da Justiça Eleitoral.

— Quando se descobre que algum candidato, mesmo depois de eleito, tenha se valido de artimanhas para vencer, como a compra de voto, ele poderá ter seu registro, diploma ou mandato cassado.

Próximas palestras

O Ciclo de Palestras no Poder Legislativo terá continuidade na segunda-feira, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, no Senado Federal. O auditor do Tribunal de Contas da União Augusto Gonçalves Ferradaes falará sobre a fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A última palestra do ciclo está marcada para 4 de julho, com o tema “Comissões parlamentares de inquérito: histórico e procedimentos”.

Aumenta prazo para prorrogar contratos de energia

O presidente interino Michel Temer sancionou, com vetos, a lei que amplia de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia da Região Norte assinarem aditivo de contrato com o Ministério de Minas e Energia prorrogando a concessão do serviço. A Lei 13.299/2016 foi publicada ontem e já entrou em vigor.

A prorrogação dos contratos foi a saída do governo em razão da falta de novos interessados em assumir a distribuição de energia na região. O prazo para assinatura dos contratos

começou a contar em novembro de 2015 e beneficiará sete distribuidoras: Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), Companhia Energética de Alagoas (Ceal), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre) e Boa Vista Energia S.A.

A nova lei amplia para dez anos o prazo para que as distribuidoras se adaptem às metas de qualidade e equilí-

brio econômico-financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para as demais concessionárias, o prazo continua a ser de cinco anos.

O Senado aprovou o projeto que deu origem à lei no dia 31 de maio, com base em relatório de Edison Lobão (PMDB-MA), adotado pela comissão mista que analisou o tema. Para garantir os benefícios da nova lei, o senador explicou que haverá aumento de apenas 0,2% ou 0,3% nas contas dos consumidores das Regiões Sul e Sudeste.

União fica autorizada a reincorporar 14,5 mil quilômetros de rodovias federais

A União está autorizada a reincorporar rodovias federais que haviam sido transferidas para os estados e o Distrito Federal. É o que estabelece a Lei 13.298/2016, publicada na terça-feira no *Diário Oficial da União*. A lei tem origem na Medida Provisória (MP) 708/2015, aprovada no Senado no dia 31 de maio.

O texto determina que, dos 14,5 mil quilômetros transferidos a 15 estados em 2002, pouco mais de 10 mil voltem a ser controlados pela

União. A maior parte fica em três estados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Os critérios para a mudança de gestão devem respeitar o Sistema Nacional de Viação.

O governo federal justificou que algumas dessas rodovias estão em área de fronteira, de segurança nacional. Outras estão dentro do Programa de Concessão de Rodovias Federais ou em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que não foram concluídas até dezembro de 2015.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Aprovada pelo Senado recondução de Mário Povia à direção da Antaq

Funcionário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários desde 2006, o engenheiro paulista reassume após veto à indicação de Luiz Otávio

A RECONDUÇÃO DE Mário Povia ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) foi aprovada ontem pelo Plenário. Pela manhã, ele foi sabatinado pelos senadores da Comissão de Infraestrutura (CI), que aceitou a indicação por 20 votos a favor e 1 contrário. O papel da Antaq é regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária

Povia ocupou interinamente, de dezembro de 2012 a fevereiro de 2014, o cargo de diretor da Antaq. Ao final desse período, foi indicado pela Presidência da República para ser titular do posto. O último mandato encerrou-se em 18 de fevereiro de 2016.

Nascido em Osasco (SP) em 1963, Povia é engenheiro formado pela Universidade Mackenzie e graduado em direito pela Universidade Paulista. Tem pós-graduações em administração de empresas e em direito, pela Universidade Mackenzie, e em regulação de serviços públicos, pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou na Antaq em 2006, por meio de concurso público.

No Plenário, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jorge Viana (PT-AC) e Wellington Fagundes (PR-MT) elogiaram a capacidade técnica de Povia.

Indicação vetada

O nome de Povia só foi encaminhado ao Senado depois que a comissão decidiu não sabatinar o ex-senador Luiz Otávio Campos, indicado ainda durante a gestão da



Antes de ir a Plenário, indicação de Povia passou pela Comissão de Infraestrutura, presidida por Garibaldi Alves Filho

presidente afastada Dilma Rousseff. O impasse surgiu depois que a Associação Nacional de Servidores Efetivos de Agências Reguladoras (Aner) apontou impedimento legal para Luiz Otávio dirigir a Antaq. O ex-senador integrou conselho fiscal de empresa regulada pela agência nos 12 meses anteriores à indicação, o que é vedado pelo artigo 58 da lei que criou a Antaq (Lei 10.233/2001).

Para o presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), prevaleceu o bom senso do governo e do colegiado.

— A indicação de Luiz Otávio não coadunava com as normas legais. Prevaleceu nesta comissão a preocupação com a autonomia e a transparência das atividades das agências reguladoras.

Ferraço também destacou o acerto da CI na decisão.

— Esta indicação [de Mário Povia] só está sendo possível porque esta comissão não se deixou levar por pressões políticas. Esta comissão não é

anexo, não é puxadinho, tampouco tamborete de interesse do Executivo.

Durante a sabatina na CI, Povia destacou avanços recentes no setor de transporte aquaviário e respondeu a uma série de perguntas dos senadores.

Avanços no setor

Ele afirmou que aumentou, nos últimos anos, a eficiência dos Portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), onde mais cargas são movimentadas com menor número de embarcações. Povia registrou que ajustes no sistema de agendamento da descarga acabaram com as filas de caminhões nos acessos aos portos.

No entanto, reconheceu que o sistema hidroviário merece mais investimentos e atenção do governo. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Jorge Viana cobraram prioridade para obras do modal hidroviário.

Povia defendeu maior abertu-

ra para a iniciativa privada na administração de portos, mais incentivos para a cabotagem (navegação entre portos do país) e colocou a Antaq à disposição para ajudar no desenvolvimento do plano de integração hidroviária.

— Nós contamos com a CI para engrossar o coro e trazer essas questões para a agenda do governo. É fundamental que tanto as hidrovias quanto a cabotagem estejam na pauta de prioridades.

Relator da indicação, Wellington Fagundes destacou o perfil qualificado de Povia para reassumir o cargo e defendeu a ampliação de três para cinco do número de diretores na Antaq, o que aumentaria a eficiência do órgão.

O senador defendeu a aprovação do projeto da Lei Geral das Agências Reguladoras (PLS 52/2013) para garantir maior autonomia. Roberto Muniz (PP-BA) disse que a escolha de funcionário de carreira da Antaq reforça a independência da agência.

Vanessa repudia 100% de capital de fora em aéreas brasileiras

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o Senado precisa rejeitar as mudanças que os deputados aprovaram na terça-feira na Medida Provisória 714/2016, que trata da participação do capital estrangeiro em empresas aéreas.

— Por que vamos aprovar a abertura de capital para empresas estrangeiras até 100% se no país delas isso não é feito? Que a gente possa mudar este absurdo que foi aprovado. Não é possível que o país volte a ser tratado como se fosse um quintal dos países desenvolvidos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Dário Berger, alteração em MP fere a soberania do país

Dário Berger (PMDB-SC) criticou ontem a emenda que autoriza participação estrangeira de até 100% no capital social de companhias brasileiras de aviação. A emenda foi inserida pela Câmara dos Deputados na votação da Medida Provisória 714/2016.

Para ele, essa medida vai ferir a soberania do Brasil, impedir o desenvolvimento nacional, gerar desemprego no país e facilitar a remessa dos lucros dessas companhias para o exterior.

— Eu não posso me conformar com isso. Isso destrói o patrimônio nacional, destrói o que nós temos de maior valor, que é o espírito empreendedor do povo brasileiro.

Cidinho sugere programa de recuperação fiscal

Cidinho Santos (PR-MT) sugeriu ontem que o governo lance um programa de recuperação fiscal para que os empresários paguem os impostos e contribuições sociais em atraso. Segundo o senador, os empresários estão deixando de pagar impostos para honrar a folha de salários e as dívidas com os credores.

Cidinho defendeu a flexibilização da legislação. Para ele, a rigidez das regras e a intransigência dos sindicatos e do Ministério Público do Trabalho dificultam a negociação entre empregadores e trabalhadores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rochas ornamentais ganham regras mais simples

Para simplificar e regularizar a exploração de rochas ornamentais no Brasil, incluído entre os maiores produtores e exportadores do mundo, a Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem, em decisão final, projeto de Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O texto (PLS 773/2015), que segue para a Câmara, simplifica as normas para exploração de granito, mármore e ardósia, usadas como revestimento de pisos, bancadas, paredes, entre outros, e abre a possibilidade de exploração dessas rochas ornamentais apenas com licenciamento.

Atualmente esse tipo de extração mineral está submetido a regimes de autorização e

concessão. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que autoriza ou concede a exploração de lavra, segue procedimentos que podem demorar até cinco anos, segundo Ferraço. Na tentativa de reduzir esse tempo, tem sido adotada a Guia de Utilização, documento que autoriza a lavra em fase experimental, mas não tem a segurança jurídica de concessão. “O que deveria ser exceção virou regra”, completa Ferraço.

Em 2014, foram emitidas 1.083 Guias de Utilização e outorgadas apenas 281 portarias de concessão de lavra.

Com o projeto, Ferraço quer enquadrar a exploração

de rochas ornamentais no regime especial previsto na Lei 6.567/1978, tratamento dado, por exemplo, a rochas e minerais de uso imediato na construção civil, conhecidos como agregados.

Importância

O Brasil produziu, em 2014, cerca de 10 milhões de toneladas, das quais 6,6 milhões ficaram no mercado interno e 3,4 milhões foram exportadas.

“São 1,2 mil variedades de rochas e 1,5 mil pedreiras ativas, que geram 120 mil empregos diretos e 360 mil indiretos. Cerca de 300 empresas exportam para mais de 100 países e, em 2014, trouxeram para o país mais de US\$ 1,276

bilhão”, dimensiona Ferraço no projeto.

Favorável ao texto, o relator, Wilder Moraes (PP-GO), apresentou emenda para incluir argilas e carbonatos de cálcio e de magnésio, usados para a fabricação de produtos utilizados na construção civil, no mesmo regime de licenciamento.

O relator afirmou que o projeto não representa qualquer ameaça ao meio ambiente.

— Embora o regime de licenciamento se caracterize por procedimentos e tramitação relativamente mais simplificados, ele não reduz a necessidade de se atender a todos os requisitos para obtenção de licenças ambientais.

Plenário aprova indicado ao Conselho de Justiça

Ministro João Otávio de Noronha, do STJ, teve 57 votos favoráveis. Antes, sabatinado em comissão, ele afirmou que sistema processual e recursos tornam a Justiça lenta no país

COM 57 VOTOS favoráveis, 1 voto contrário e 2 abstenções, o Plenário do Senado aprovou ontem à tarde a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio de Noronha para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2016-2018.

Durante a manhã, ele havia passado por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou sua indicação por unanimidade. Na sabatina, afirmou aos senadores que, em sua avaliação, a morosidade da Justiça no país decorre dos sistemas de processo e de recurso complicados que o Brasil adota.

O ministro citou o caso do STJ, em que os vários agravos e embargos fazem com que “um processo resida no tribunal por muitos anos”. Em resposta ao senador Alvaro Dias (PV-PR), Noronha disse que o país não tem um sistema racional para julgar e, portanto, é difícil o estabelecimento de metas de produtividade para a Justiça.

Um dos problemas, disse, decorre da “advocacia de massa”, que apresenta milhares de ações contra bancos e empre-



Noronha (à dir., ao lado de José Maranhão) durante sabatina na CCJ, antes da aprovação de sua indicação pelo Plenário

sas telefônicas. Para o ministro, um juiz poderá emitir mil decisões por mês em demandas desse tipo, ou apenas três ou quatro sentenças, no mesmo prazo, em causas societárias complexas. Por isso, o critério para medir a produtividade da Justiça precisa levar em conta a complexidade.

Formação de juízes

Uma forma de combater a morosidade da Justiça, avaliou, é a ampliação do investimento

na formação continuada dos magistrados. Para ele, antes de colocar um jovem juiz em uma vara, é preciso dar-lhe formação de dois a três anos em escola de magistratura, para que ele aprenda matérias como psicologia judiciária, planejamento estratégico e regras de administração pública, entre outras. Esse aperfeiçoamento, acrescentou, precisa ser contínuo ao longo da carreira.

Noronha manifestou-se favorável à extinção do foro

privilegiado para políticos, mas defendeu uma solução intermediária, como a possibilidade de a autoridade determinar o foro no qual responderá aos processos. Por um sistema misto idealizado pelo ministro, o juiz de primeira instância poderia cuidar da instrução dos processos, mas a concessão de liminares teria de ser validada na segunda instância para produzir efeitos.

Respondendo a Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Noronha

disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela prisão de condenados em segunda instância não vai inibir a análise de cada caso. O que determinou a alteração da interpretação da lei feita pelo STF, de acordo com o sabatinado, foi a repulsa de sucessivos recursos que impediam o cumprimento da pena. Mas é preciso prudência na aplicação da decisão, ressaltou.

Em resposta a questionamento de Aécio Neves (PSDB-MG), o ministro do STJ defendeu a criação de mais tribunais regionais federais (TRFs), responsáveis pelo julgamento em segunda instância dos processos no âmbito da Justiça Federal. Noronha observou que são apenas 5 os TRFs, e o da 1ª Região, com sede em Brasília, cobre 14 estados. Segundo ele, no TRF da 1ª Região há caso de juiz com 40 mil processos.

O indicado ao CNJ lembrou que o Senado chegou a aprovar a criação de TRFs em algumas regiões, mas o processo foi suspenso por liminar do STF, por vício de iniciativa (o projeto deveria ter sido proposto pelo Judiciário).

Colegiado adia votação de reajustes para servidores públicos federais dos três Poderes

Seis projetos que estabelecem reajuste salarial para servidores efetivos e comissionados de órgãos públicos federais foram examinados ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Porém, pedido de vista coletiva de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) adiou a votação das propostas (PLCs 27, 30, 31, 32, 33 e 34/2016) para a próxima semana. As categorias contempladas são vinculadas aos três Poderes.

O PLC 27/2016 eleva o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para R\$ 36.713,88, retroativamente, a partir de 1º de junho de 2016, e para R\$ 39.293,32 a partir de janeiro de 2017. Já o PLC 30/2016 concede reajuste escalonado, começando por 5,5% a partir de janeiro de 2016, para os servidores da Câmara dos Deputa-

dos. O PLC 31/2016 fixa aumento para os servidores efetivos do Tribunal de Contas da União (TCU) de 12,98% em 2016. Quanto ao PLC 32/2016, reajusta o subsídio do defensor público-geral federal para R\$ 31.557,21 a partir de 1º de julho de 2016. O PLC 33/2016 procura recompor perdas remuneratórias com a inflação de diversas categorias do Executivo. Por fim, o PLC 34/2016 altera regras de remuneração, promoção e incorporação de gratificação de servidores públicos da educação.

Os relatores são José Maranhão (PMDB-PB), nos PLCs 27, 31, 33 e 34/2016; Vicentinho Alves (PR-TO), no PLC 30/2016; e Telmário Mota (PDT-RR), no PLC 32/2016. Os textos vão passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir ao Plenário.

Proposta de mudanças na Lei Maria da Penha deve ser analisada na próxima semana

Diante da falta de consenso em torno de mudanças na Lei Maria da Penha, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou, para quarta-feira, a votação do projeto sobre o tema.

O PLC 7/2016 foi debatido na terça-feira na CCJ e seria votado ontem. O pedido de adiamento foi apresentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), devido às divergências em torno da proposta que surgiram na audiência.

A polêmica está no dispositivo que permite ao delegado de polícia conceder medidas protetivas de urgência (MPUs) a mulheres vítimas de violência doméstica e a seus dependentes sem consulta prévia ao juiz. No debate, apenas as entidades ligadas à categoria policial defenderam a iniciativa.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), aproveitou esse encaminhamento para registrar “repúdio” contra tópico de nota do Ministério Público Federal (MPF) sobre a proposta. A instituição diz, no texto, que não admite mudanças na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) sem entendimento prévio com os movimentos sociais que ajudaram em sua elaboração.

— Isso deslegitima a competência do Senado para exercer a sua função legislativa, que é sua, não é do Ministério Público. Considero isso um insulto ao meu mandato e a minha instituição — reagiu Aloysio, que foi apoiado pelo presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), e por Telmário Mota (PDT-RR), Vicentinho Alves (PR-TO) e Hélio José (PMDB-DF).

Audiência pública discutirá demissões de líderes sindicais

Apesar da garantia de estabilidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dirigentes sindicais continuam sendo atingidos por demissões. O problema foi apontado ontem pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS). A seu pedido, a comissão aprovou audiência para tratar do assunto.

Dirigentes das principais centrais sindicais do país serão convidados para o debate, em data ainda a ser divulgada. Segundo Paim, custa a crer

que ainda seja necessário fazer audiência para discutir demissões de dirigentes sindicais. Para ele, os afastamentos atingem até presidentes e vice-presidentes de sindicatos, que são protegidos por estabilidade.

— Isso é um ataque à democracia e à organização dos trabalhadores — condenou.

Outros três pedidos de audiência foram aprovados. Uma delas deve debater o tema “Ambulância: vida ou morte?”. Foi uma sugestão do Sindicato dos Motoristas de Ambulância

do Estado de São Paulo, que trouxe a Paim denúncias sobre a precariedade das condições de transporte dos pacientes. Serão convidados representantes de outros estados.

A situação dos pescadores perante o seguro-defeso e a Previdência será tema de outro debate, com participação de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Pará, que sugeriu o evento.

A agenda de novas audiências se completa com debate sobre a falta de segurança dos agentes de trânsito.



Presidido por Paim, autor dos requerimentos, colegiado aprovou quatro debates